



Anais da Assembléia

N. 41

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 033.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1988
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e José Rogério Carvalho.

A hora é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Emar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delasari, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cherisgate e Nereu Carlos Massignan (02). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos e Domingos Scarpellini (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 315/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina Léo de Almeida Neves, o edifício sede do Instituto de Previdência do Estado do Paraná- IPE, de acordo com o disposto pelo Art. 105, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Preferência de Discussão e Votação, com fundamento no disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno, para os seguintes projetos, constantes da Ordem do Dia, da presente sessão ordinária.

1- Projeto de Lei Complementar n° 104/88 - de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 68/88, que objetiva alterar o disposto no Art. 1° de Lei Complementar n° 20, conforme especifica.

2- Projeto de Lei n° 105/88 - de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 67/88, dispondo sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, conforme especifica.

3- Projeto de Lei n° 103/88 - de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 65/88, que objetiva alterar a redação do parágrafo 1° do art. 77, da Lei n° 7.297, e demais disposições que especifica.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação, para os Projetos de Lei n°s 105/88 e 117/88, oriundos das Mensagens Governamentais n°s 67/88 e 64/88, itens 11 e 12, da ordem do Dia que dispõe sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais e que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba uma área de terra para implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO N° 911

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para o Projeto de Lei n° 117/88, pois o mesmo não sofreu emendas ao longo de sua tramitação, de acordo com o disposto no § único do art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n° 116/86.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa da publicação da Redação Final dos Projetos n° 105/88, 103/88, 104/88 e 117/88.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

REQUERIMENTO N° 916

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas de Parlamentar, REQUER, a consignação nos anais da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro em acidente automobilístico do doutor Gastão Camargo Iziue.

O extinto, filho de tradicional família curitibana, conquistou toda a sociedade, todos os amigos e admiradores por sua formação familiar e por sua formação como profissional da Medicina.

Solicito, uma vez aprovado o presente que se dê conhecimento à família enlutada, na pessoa do Doutor Egas Iziue, nesta Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16.05.88

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo passamento do senhor Oscar Pereira de Camargo, ocorrido em Congonhinhas. Pede que deste registro seja dado conhecimento à esposa do mesmo, senhora Laura Ferreira de Camargo, residente à rua São Luiz 339, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 919

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de Urgência, seja oficiado à família de Amário Vieira da Costa, votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 14 de maio de 1988. A família reside a rua Marialva, 5349 - município de Umuarama- Paraná.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 920

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada à família de Onésimo Francisco de Assis, votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 13 de maio de 1988. A correspondência deve ser enviada aos cuidados da prefeitura municipal de Ica-raíma.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo passamento do senhor Antonio Pedro Marinho, ocorrido em Itambaracá. Pede que deste registro seja dado conhecimento ao Senhor Fausto Teixeira Marinho, residente à Fazenda Santa Maria, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 924

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER,

Seja inserido na Ata dos Trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Ribeirão Claro, ocorrido no dia 13 de Maio do corrente ano, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

REQUER, também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Jornal "O Paraná", da cidade de Cascavel, pelo transcurso de mais um aniversário de fundação e circulação, ocorrido no dia 15 de Maio de 1988, extensivos à equipe que faz parte desse meio de circulação, principalmente, na pessoa de seu Diretor, Emir Sfair.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Parlamento sem Imprensa é Poder Mudo. Democracia sem Imprensa, é ideal que não prospera. O jornalismo escrito, cumpre pois, papel muito importante e muito especial na vida e nos ideais dos povos livres.

O Jornal "O Paraná", desde a sua primeira edição, vem caminhando com a classe política do Estado, na construção da democracia que perseguimos. E, nesse mister, não tem faltado, inclusive, com a sua cobertura isenta, das atividades desta Assembleia Legislativa. Merecendo, pois, o nosso reconhecimento, como estímulo, a todo o seu corpo editorial e respectivo Diretor, Senhor Emir Sfair.

REQUERIMENTO N° 949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, à Rádio Colméia de Cascavel, na pessoa de seu Diretor, Joel Damasio, pelo brilhante trabalho de comunicação social que vem realizando na área política, marcado por isenção e vontade de esclarecer a opinião pública de forma imparcial e construtiva, dando sempre oportunidade aos políticos de todos os partidos, e reservando espaço ao processo de democratização do País, de forma edificante, extensivo a toda a equipe que a compõe.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O trabalho de comunicação social que a homenageada vem realizando merece o reconhecimento deste Poder Legislativo, como estímulo ao bom jornalismo político que ali vem sendo praticado.

A homenageada é, reconhecidamente, uma das emissoras de Rádio mais atuantes do Oeste do Paraná, com uma das maiores audiências, pela qualidade de sua programação, desde os primeiros momentos das lutas democráticas que culminaram na realização deste momento nacional.

REQUERIMENTO N° 925

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando a doação de gêneros alimentícios para a Guarda Mirim da Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Guarda Mirim de Campo Mourão é uma entidade assistencial considerada exemplar em termos de encaminhamento de menores desamparados. Milhares de crianças já foram atendidas pela referida instituição ao longo dos últimos anos, sendo motivo de orgulho para aquela progressista cidade a existência da mesma. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, a Guarda Mirim necessita da doação de gêneros alimentícios.

REQUERIMENTO N° 926

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche da Mônica, localizada na cidade de Momborê.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche da Mônica, da cidade de Momborê, é uma entidade assistencial que atende dezenas de crianças daquela cidade e região. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, necessita de auxílio para continuar prestando atendimento àquela população.

REQUERIMENTO N° 917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da presente sessão, de voto de congratulações a toda Imprensa Paranaense pela passagem do "Dia da Imprensa", na última sexta-feira 13/05/88, com conseqüente encaminhamento aos Jornais e Diretores Proprietários (lista em anexo) bem como a todos os jornalistas do Departamento de Divulgação desta Casa.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A data comemorativa ao Dia da Imprensa prende-se ao fato do reconhecimento, da

grandeza e mérito do trabalho que realizam ao longo dos anos, em prol da população, mantendo-a bem informada sobre assuntos de interesse da sociedade.

Ao externar as congratulações, manifesto meu cumprimento particular aos responsáveis por tantas colunas e pela grande parcela que devo à Imprensa como parlamentar.

Jornal Gazeta do Povo, proprietário Francisco Cunha Pereira, endereço, Praça Carlos Gomes n. 04

Jornal O Estado do Paraná, proprietário Paulo Pimentel, endereço, Rua J. Tschimmerer n. 800.

Jornal do Estado, proprietário Roberto Barroso, endereço Rua Dr. Barroso n. 22.

Jornal Folha de Londrina, proprietário João Milanes, endereço Rua Piauí n. 241 Londrina - Rua Augusto Severo n. 1157 - Centro Cívico.

Jornal Correio de Notícias, proprietário Mauri Fransoloso, endereço Rua Benjamin Constant n. 56.

Jornal Indústria e Comércio, proprietário Odone Fortes Martins, endereço Rua Itararé n. 52.

Jornal O Paraná (Cascavel), proprietário Emir Sfeir, endereço Rua Pernambuco n. 1592 - Cascavel-PR.

Jornal Diário Popular, proprietário Abdo Aref Kudri, endereço Rua XV de Novembro n. 1190.

REQUERIMENTO N. 923

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem reiterear e, REQUERER, conclusões sobre referida solicitação, tendo em vista que o prazo legal estabelecido para a resposta da mesma, encontra-se totalmente vencido, desrespeitando dessa forma não só a Constituição Federal vigente, bem como a esse Parlamentar que a requer.

Seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias, e ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Senhor Delcino Tavares da Silva, solicitando o envio de uma ambulância ao Hospital de Abatiã, tendo em vista a necessidade urgente de atendimento às pessoas que necessitam de assistência médica e hospitalar em outros centros com maiores recursos na área médico-hospitalar.

Referida solicitação se faz em função de que não há, na cidade de Abatiã, nenhuma ambulância que possa suprir tais necessidades, e quando ocorrem os casos onde é inevitável a utilização da ambulância, os interessados sempre recorrem aos municípios vizinhos causando com isso em muitas vezes danos irreparáveis.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e, especialmente, ao Vereador José Macias Nogueira que é o autor do pedido.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 922

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem reiterear e REQUERER conclusões sobre referida solicitação tendo em vista que o prazo legal estabelecido para a resposta da mesma, encontra-se totalmente vencido, desrespeitando, dessa forma, não só a Constituição Federal vigente, bem como a esse Parlamentar que a Requer.

Seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, solicitando sejam iniciados os estudos e o cumprimento das formalidades legais aplicáveis ao caso, para a construção imediata de uma nova ponte sobre o Rio Cinzas, no local que liga o Município de Bandeirantes a Itambaracá, na região norte do Paraná.

A referida solicitação se faz em função de que a ponte ali existente, construída há mais de trinta anos, oferece passagem apenas para um veículo no mesmo sentido, e hoje, dado o crescimento da agro-indústria na cidade de Bandeirantes, e o potencial agrícola da região que utiliza referida ponte para o escoamento da produção de algodão, soja, milho, cana de açúcar, feijão, etc., e ainda o grande número de acidentes que vem ocorrendo naquele local, em função do aumento do movimento rodoviário nas safras de algodão (fevereiro a maio) e cana de açúcar (maio a dezembro), justificam, de imediato, a construção de uma nova ponte, viabilizando o tráfego nos dois sentidos.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 921

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem reiterear e, REQUERER, conclusões sobre referido pedido, tendo em vista que o prazo legal estabelecido para a resposta do mesmo, encontra-se totalmente vencido, desrespeitando dessa forma não só a Constituição Federal vigente, bem como a esse Parlamentar que o REQUER.

Seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias, ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor Antonio Lopes

de Noronha e ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando providências urgentes quanto ao pessoal da segurança do município de Bandeirantes, que deverá ser ampliado de forma a dar mais tranquilidade à população bandeirantense.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Mencionada reivindicação se faz em função da necessidade, pois, Bandeirantes é uma cidade que possui 41.000 (quarenta e um mil) habitantes, possui um Pelotão da Polícia Militar e conta apenas com um tenente e um sargento da Polícia Militar, 06 (seis) cabos, e 12 (doze) soldados, sendo que, no momento, 03 (três) deles estão em gozo de férias legais.

Possui 01 (um) Delegado de Polícia, 01 (um) Escrivão, 01 (um) Agente e 01 (um) carro em péssimas condições de uso.

Assim sendo, necessário e urgente se faz, o envio de mais soldados ao Pelotão da Polícia Militar, um veículo em boas condições para a Delegacia de Polícia e vários agentes policiais, bem como ainda a designação de mais um Escrivão de Polícia, de forma a tranquilizar e dar mais segurança ao povo de Bandeirantes que é o 29º (vigésimo nono) município do Paraná em arrecadação de impostos.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores, Comandante do Pelotão da Polícia Militar e Delegado de Polícia de Bandeirantes.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 133/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - A.P.M. - da Escola Estadual Professor Mailon Medeiros Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Pais e Mestres - A.P.M. - Da Escola Estadual Mailon Medeiros Ensino de 1º Grau", sediada no Município de Bandeirantes, é uma instituição sem fins lucrativos, tendo por objetivo a integração entre Pais e Mestres, para melhor desenvolvimento do trabalho educacional em conjunto.

Tem por finalidade integrar a comunidade no contexto escolar, discutir, cola-

borar e decidir sobre ações de assistência ao educando, bem como ainda o préstimo de assistência aos alunos, dando-lhes condições de eficiência escolar.

Certos de que o pedido receberá total acolhimento por parte dos nossos Ilustres Pares da Casa, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos mesmos, solicitando a sua aprovação, pois a questão aqui tratada tem relevante caráter sócio-educacional.

PROJETO DE LEI N. 134/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel D'Oeste".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel D'Oeste", com sede e foro no Município de Santa Izabel D'Oeste, tem como objetivo promover a integração e assistência aos excepcionais, como bem comprovam os seus estatutos.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei, à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis, solicitando sua aprovação.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 105/88

Inclua-se onde couber:

"Art. - O cargo de que trata o artigo 27, da Lei n. 7784, de 14 de dezembro de 1983, passa a ter o vencimento igual ao do Procurador junto ao Tribunal de Contas, bem como as disposições do parágrafo único, do artigo 3º desta lei, revogando-se o artigo 34, daquela lei".

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) Assinaturas ilegíveis

O SR. PRESIDENTE - (Antonio Arribelli) Encerrada a leitura do expediente e não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao Deputado José Felinto. (Ausente.)

Estando ausente, passamos ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do Partido dos Trabalhadores se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI -(Continua lendo).

"Na sessão do último dia 10, a Assembleia Nacional Constituinte, comandada pela maioria do Centrão, por sua vez capitaneado pelo presidente da UDR, desfechou mais um duro golpe nos anseios populares. Mais uma vez os interesses da maioria da população foram subjugados em nome da manutenção dos privilégios de uma minoria. Os preceitos constitucionais aprovados no capítulo referente à questão agrária representam a consumação do retrocesso.

Acabaram-se as ilusões. A reforma agrária, utilizada como engodo eleitoral pelo Governo da "Nova República", está definitivamente sepultada. O Centrão e a UDR se uniram para inviabilizar uma solução racional e democrática para o conflito agrário brasileiro. Agora, o caminho está aberto para a intensificação dos conflitos e da violência no campo. A reforma agrária, via legal e institucional, está definitivamente comprometida, a partir do momento em que passar a vigorar o novo texto constitucional.

Na verdade, o retrocesso da Reforma Agrária começou exatamente por ocasião da edição do Plano Nacional de Reforma Agrária, em outubro de 86. Aquele plano não atendia nem de longe às reivindicações dos trabalhadores rurais. Mas, antes tivessem sido atingidas as modestas metas que aquele programa se propunha alcançar. Mas, o que percebemos é que, sequer ele chegou a ser posto em prática.

Passada a eleição de novembro de 86, com a esmagadora vitória dos partidos da "Aliança Democrática", o Governo Sarney abandonou definitivamente qualquer compromisso com a realização da reforma agrária. Basta ver a situação o Paraná, onde sequer os acampados foram reassentados. Desiludidos com o encaminhamento da Reforma Agrária, os trabalhadores ousaram depositar na Constituinte suas esperanças.

Mas, o que foi aprovado pela Constituinte? Os preceitos concernentes à Reforma Agrária representam um imenso retrocesso em relação ao próprio Estatuto da Terra - promulgado pelo Governo Militar em 64. Este documento, embora nunca aplicado, previa a desapropriação dos latifúndios, seja por extensão ou por exploração. A proposta da UDR, encampada pelo Centrão, torna "insuceptível" de desapropriação as propriedades produtivas, mesmo que elas não cumpram a sua função social. Isso significa uma completa inversão de valores. Significa sobrepor o objetivo de lucros aos interesses sociais. E como fica o conceito de "propriedade produtiva"?

Para a UDR, uma propriedade ainda não desmatada, em seu estado natural, pode ser considerada produtiva, pois a retirar a madeira "ela estará propiciando lucros e,

consequentemente, produzindo". Com isso, torna-se impraticável a desapropriação de qualquer terra particular, mesmo que seja um imenso latifúndio inaproveitado. Só poderão servir para efeito de reforma agrária terras devolutas ou pertencentes ao Estado, que na verdade são poucas.

Como fica a situação dos sete milhões de famílias sem-terra, que representam perto de 30 milhões de brasileiros? O Centrão e a UDR impediram definitivamente a incorporação dessa multidão de marginalizados num sistema democrático. Em 85 os conflitos agrários envolveram 558 mil pessoas, envolvendo uma área de 9 milhões e 500 mil hectares de terra. Em 87 já estiveram envolvidas em conflitos agrários nada menos do que um milhão e 200 mil pessoas, envolvendo uma área de 17 milhões e 200 mil hectares. Em 85, foram assassinados 142 trabalhadores rurais e líderes sindicais em conflitos pela posse da terra. Em 87 esse número subiu para 153.

O retrocesso na questão agrária terá um preço social altíssimo. Os conflitos vão se espalhar de forma incontrollável. Uma verdadeira guerrilha rural vai sacudir esse país. O reacionarismo e o primitivismo da UDR são responsáveis pelo acirramento dos conflitos agrários. A UDR não tem feito segredo de que possui dinheiro suficiente para financiar todos os políticos que levantaram sua bandeira. Grande parte da bancada paranaense juntou-se à UDR e dentre eles grande parte da bancada peemedebista. Onde estão os compromissos programáticos do PMDB com a Reforma Agrária defendida no passado?

Ao descaracterizar a função social da propriedade, as hostes reacionárias da Constituinte acrescentaram ingredientes indispensáveis para o acirramento das lutas de classe. Em vez de optar pela via da mudança pacífica, o Centrão e a UDR preferiram apostar no conflito. Não nos esqueçamos, porém, das sábias palavras do estadista norte-americano John Kennedy: "QUEM FAZ AS MUDANÇAS PACÍFICAS IMPOSSÍVEIS, TORNA AS MUDANÇAS VIOLENTAS INEVITÁVEIS".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli) -
Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança

ça do Partido Democrata Trabalhista.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

DECLINA.

Havendo declinado, passamos à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Viela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aribal Khury, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Lei Complementar nº 104/88 e de Lei nº 105 e 103/88. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcia Machado, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Lei nº 105 e 117/88. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 104/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 86/88), que altera o disposto no Artigo 1º, da Lei Complementar nº 20, de 08 de maio de 1984, visando alterar o critério de cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos membros do Ministério Público, na forma que especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 105/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 67/88), que dispõe sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Emenda: - Aprovada.

Projeto: - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 103/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 65/88), que objetiva alterar a redação do Parágrafo primeiro do Art. 77 da Lei nº 7.297 de 08.01.80, com modificação introduzida pela Lei nº 7.878 de 04.07.84, conforme especifica. Com Parece-

res Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 117/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 64/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba uma área de terra, com aproximadamente 60.000m², situada no Bairro do Tamará, desta Capital, destacada de área maior de propriedade da FASPAR, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli) - Esta Presidência lhe concede a palavra, para encaminhar a votação do item 13º da pauta.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Certamente, nós temos na Ordem do Dia de hoje, três projetos de lei oriundos de mensagens do Palácio Iguazu, que são de interesse público, muito importante para todos os paranaenses.

Não, certamente, não queremos colocar em discussão as reivindicações dos promotores, dos juizes e dos procuradores, porque nós, do Partido dos Trabalhadores temos uma posição nacional conhecida, de que todos os trabalhadores brasileiros, têm que ter um salário justo, um salário digno, e que supra as necessidades básicas dos trabalhadores, de suas famílias. E numa Nação como a nossa, certamente a economia permite que nós tenhamos recursos suficientes, para pagar bem à classe trabalhadora brasileira.

Portanto, lowamos as iniciativas já conhecidas na imprensa, de manter uma diferença menor entre quem ganha muito e quem ganha pouco. É lowável.

A única indagação que nós gostaríamos de submeter aos Senhores companheiros, que compõem esta Casa de Leis, é que estes três projetos oriundos de mensagem do Palácio vêm desacatar este próprio Parlamento: que há menos de um mês nós aprovamos, sob a alegação de que não há recursos, nós extingüimos a URP para os servidores públicos estaduais e outorgamos poderes ao Governador, ao estabelecer a antecipação salarial por decreto, conforme a vontade do Executivo.

Portanto, eu gostaria que ficasse registrado neste momento que, pelo que nos parece, o Executivo está tratando o conjunto da classe trabalhadora paranaense com dois pesos e duas medidas. Quando os trabalhadores se mobilizam, exigem, amea-

com paralisar, como fizeram muito bem os Juizes, os promotores e os procuradores, aí sim se cede às pressões. Agora, as outras categorias que estão imobilizadas, que nem sequer têm forças para reagir, e que não têm salário para pagar o aluguel, que não têm salário para comprar um veículo para ir para o trabalho, estes têm que viver com salário mínimo, com piso nacional de salários. E daí o Governador não manda mensagem para este Legislativo, porque não se sente suficientemente pressionado.

Então, simplesmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que eu gostaria de deixar registrado aqui é a nossa posição de dívida com relação ao Executivo, que cede àqueles que lhe interessam e por outro lado, a maioria, os cento e oitenta e cinco mil Servidores Públicos do Estado do Paraná, que estão desprotegidos, a estes não se dá o mesmo tratamento. É outro peso e outra moeda.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação o Projeto 117. Que doa ao município de Curitiba a área de 60 mil metros quadrados no bairro Tarumã e etc. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 74/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 52/88), dispõe que compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e das Secretarias da Administração e da Fazenda, o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior-IES, mantidas pelo Estado do Paraná. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 74/88

D E C R E T A:

Art. 1º - As instituições de Ensino Superior IES, mantidas pelo Estado do Paraná, terão assegurados os recursos necessários à sua manutenção na lei orçamentária do exercício, em montante não inferior, em termos de valor real, à do exercício imediatamente anterior.

Art. 2º - Todos os novos projetos de expansão, assim como os respectivos recursos para além dos já aprovados nos orçamentos vigentes, bem como os que as IES queiram incluir nas propostas dos orçamentos anuais ficam dependentes da aprovação do Chefe do Poder Executivo, ouvido o

Secretário Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, o Chefe da Casa Civil, e os Secretários de Estado do Planejamento e Coordenação Geral da Fazenda e da Administração, conforme a natureza do assunto em questão.

Parágrafo único - Dentre as ações e os recursos previstos neste artigo, incluem-se aquelas destinadas à implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação, "strictu-sensu", a ampliação da infraestrutura física das IES, assim como as que instituem ou modifiquem planos de carreiras, quadro de pessoal e tabela de salários e vantagens.

Art. 3º - Poderá o Poder Executivo realizar auditorias, de periodicidade variável, sobre as contas e atos de gestão relativos à receitas, despesas, patrimônio, material e pessoal de tais instituições - IES.

Art. 4º - As matérias já apreciadas nas IES, e ainda não implantadas, dependerão da aprovação prevista no artigo 2º desta lei, caso se enquadrem nas ações aí mencionadas.

Parágrafo único - Fica assegurada a criação e implantação dos cursos de Medicina e Odontologia na Fundação Universidade Estadual de Maringá, nos moldes da Lei Municipal n. 2319, de 29 de dezembro de 1987.

Art. 5º - Fica criado, junto à Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, o Conselho de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior - CODINES.

Art. 6º - O CODINES é constituído pelos Reitores das Fundações Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por 04 diretores das Instituições de Ensino Superior das Faculdades Isoladas mantidas pelo Estado do Paraná, pelo Secretário Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e pelo Secretário do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 7º - São objetivos do CODINES, resguardada a autonomia universitária e respeitadas as características específicas de cada universidade ou Instituições de Ensino Superior:

- I - Fortalecer sua interação;
- II - Propor possíveis formas de ação conjunta;
- III - Conjuguar esforços com vistas ao seu desenvolvimento;
- IV - Assessorar o Governo em assuntos de ensino superior;
- V - Analisar e propor soluções para as questões relacionadas com o ensino e pesquisa nas IES.

Art. 8º - A presidência do CODINES caberá ao Secretário de Ensino Superior,

Ciência e Tecnologia que indicará o Secretário do Conselho.

Art. 9º - Caberá ainda ao referido Conselho estudos de viabilidade, objetivando a estadualização da atual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama ou, a criação da Universidade Estadual do Noroeste, com sede em Umuarama.

Art. 10 - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de novos cursos e a criação da Universidade Estadual de Paranavaí, composta pela Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA).

§ 1º - O Conselho será composto, paritariamente, por membros da Faculdade e do Poder Executivo.

§ 2º - Autoriza o Poder Executivo a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA), recursos estes, proporcionais ao montante destinado às demais Faculdades Estaduais do mesmo porte.

§ 3º - O prazo para conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Art. 11 - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de novos cursos e a criação da Universidade Estadual do Sudoeste, composta pela Fundação Faculdade de Ensino Superior de Pato Branco - FUNESP, pela Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI e pelas Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas - FACEPAL.

§ 1º - O Conselho será composto, paritariamente, por membros das Faculdades e do Poder Executivo.

§ 2º - Autoriza o Poder Executivo a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989 para a Fundação Faculdade de Ensino Superior de Pato Branco - FUNESP para a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI e para as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas - FACEPAL, recursos estes, proporcionais ao montante destinado às demais Faculdades estaduais do mesmo porte.

§ 3º - O prazo para conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Art. 12 - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de novos cursos e a criação da Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, composta pela Fundação Faculdade Estadual de Filosofia,

Ciências e Letras - FAFI e pela Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas - FACE de União da Vitória.

§ 1º - O Conselho será composto, paritariamente, por membros das Faculdades e do Poder Executivo.

§ 2º - Autoriza o poder Executivo a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) e para a Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas - FACE, de União da Vitória, recursos estes, proporcionais ao montante destinado às demais faculdades Estaduais do mesmo porte.

§ 3º - O prazo de conclusão do estudo em questão será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Art. 13 - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de novos cursos e a criação da Universidade Estadual de Bandeirantes, composta pela Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel (FFALM).

§ 1º - O Conselho será composto, paritariamente, por membros da Faculdade e do Poder Executivo.

§ 2º - Autoriza o Poder Executivo a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel (FFALM), recursos estes, proporcionais ao montante destinado às demais Faculdades Estaduais do mesmo porte.

§ 3º - O prazo para conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Art. 14 - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade da criação da Universidade Estadual do Centro do Paraná, com sede em Ivaiporã.

§ 1º - O Conselho será composto, paritariamente, por membros do Legislativo Municipal de Ivaiporã e do Poder Executivo do Paraná.

§ 2º - O prazo para conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da publicação.

Art. 15 - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de novos cursos e a criação da Universidade Estadual do Vale do Ivaí, composta pela Fundação Faculdade Estadual Ciências Econômicas de Apucarana e pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul.

§ 1º - O Conselho será composto, paritariamente, por membros das Faculdades e do Poder Executivo.

§ 2º - Autoriza o Poder executivo a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a Fundação Faculdade Estadual Ciências Econômicas de Apucarana e para a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Jardim do Sul, recursos estes proporcionais ao montante destinado às demais faculdades do mesmo porte.

§ 3º - O prazo para a conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Art. 16 - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de instalação do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa, instituído pelos Decretos Estaduais ns. 18.111, de 28 de janeiro de 1970 e 18.613, de 24 de março de 1970.

§ 1º - O Conselho será composto, paritariamente, por membros da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Poder Executivo.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a instalação do Curso referido no artigo anterior.

§ 3º - Estes recursos serão proporcionais ao montante destinado a curso análogo, da Universidade Estadual de Londrina.

§ 4º - O prazo de conclusão do estudo em questão será de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da publicação da presente lei.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.05.88.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 50/87 (Ex-Projeto de Lei nº 58/87), de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no município de Cascavel, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Lindoeste. Aprovado. (Proj. Resol. Public. no D.A. nº 91/87, de 31/8/87, em 1ª Discussão). (Proj. de Lei nº 58/87 Public. no D.A. nº 44/87, de 06/5/87).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 323/87, de autoria do Deputado David Chierigate, que denomina de "Padre Luís Luise", a Rodovia PR-574, via de acesso que liga a BR-369 ao município de Cafelândia. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 28/88, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a "União Umbandista Pai João de Aruanda, com sede e foro no município de Londrina. Com Parecer Favorável da C.C.J.,

por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 34/88, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública o "Centro Social Comunitário Madre Rafaela Ybarra, com sede e foro no município de Marialva. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 51/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Jardim Paraíso, Jardim Valência, Jardim Silvânia, Jardim Planalto e Loteamento Recanto dos Papagaios", com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 52/88, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o "Centro Social Santa Margarida", com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 62/88, de autoria do Deputado Luiz Antônio Setti, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Dra. Carmen Amin Gannem. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 83/88, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Loteamento Jardim Ana Paula", com sede e foro na localidade de Marechal Cândido Rondon. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 37/88, (ex-Proposição nº 51/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1987. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 38/88 (ex-Proposição nº 47/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova as contas individuais dos Senhores Deputados, sobre aplicação de dotação de subvenção social, regulamentada pela Resolução nº 55/83, referente ao exercício de 1987. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº

42/88 (Mensagem n° 10/88, ex-Proposição n° 19/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados em 18/02/87, entre o Estado do Paraná, através da SEDU, e sua vinculada SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 43/88 (Mensagem n° 32/88, ex-Proposição n° 41/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da SETR, com interveniência do DER, com os Municípios que especifica, objetivando proceder reparos nas malhas rodoviárias, afetadas por chuvas, enchentes e inundações. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 44/88, (Mensagem n° 21/88 Ex-Proposição n° 30/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios de Co-operação Administrativa e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados às respectivas agências de rendas locais. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 45/88 (Mensagem n° 53/88 Ex-Proposição n° 48/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Termo de Revigoroamento datado de 08.02.88 ao Convênio celebrado em 26.01.87, entre o Estado do Paraná, através da SEDU e sua vinculada SUCEAM, e o Município de Pérola, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de n° 911, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 916, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 915, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 919, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 920, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 914, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 927, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 913, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 917, de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 921, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 922, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 923, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 924, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 926, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 925, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 949, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 929, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para discutir, adia-se na Forma Regimental.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Apenas para destacar a presença neste Plenário do ilustre companheiro, Deputado Federal Valdir Pugliesi, recentemente eleito Presidente do PMDB e esta Liderança, em nome dos demais companheiros do

PMDB, nesta oportunidade, também cumprimenta efusivamente o ilustre companheiro desta Casa, Deputado Luis Alberto Martins de Oliveira, que no dia de ontem foi reconduzido à Presidência do PDS.

Obrigado, Senhor Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência registra com satisfação e agradece ao nobre Líder, Deputado Artagão Mattos Leão, a presença do Deputado Constituinte, Waldir Hortêncio Pugliesi, e Presidente do PMDB, que engrandecem esta Casa, quando foi nosso companheiro Deputado e hoje está a defender o Paraná no Parlamento Nacional.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Tomando conhecimento do teor do Requerimento que há pouco pedi para discutir, eu solicito a Vossa Excelência que o coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece Vossa Excelência e colocará em votação o Requerimento do Deputado David Cheriegate, que requer votos de congratulações ao jornal

"Paraná", pela passagem do 15º aniversário, mais um aniversário corrido em 15.05.88, extensivos ao seu Diretor. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu gostaria, Senhor Presidente, encaminhando a votação, de nos juntarmos ao Requerimento do ilustre Deputado David Cheriegate, em nome da Bancada do PMDB, que, também seja levado ao jornal, bem como ao seu Diretor, os nossos efusivos votos de congratulações.

O SR. PRESIDENTE - Em votação (Pausa).
APROVADO, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução n°s 37, 38, 42, 43, 44, 45/88.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 315, 333/87 e 42/88.

Levanta-se a sessão.